

ATA DA 24ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Às dezessete horas do dia dez de agosto de dois mil, no Mezzanino do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sobre a presidência do Ministro de Estado da Cultura, Francisco Weffort, em sessão solene para comemorar o centenário do nascimento de Gustavo Capanema. Presentes o Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, Octávio Elísio Alves de Brito, o Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Carlos Henrique Heck, os Conselheiros Arno Wehling, Augusto Carlos da Silva Telles, Ivete Alves do Sacramento, Lúcio Alcântara, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Luiz Viana Queiroz, Nestor Goulart Reis Filho, Paulo Bertran Wirth Chaibub, Pedro Ignácio Schmitz, Synésio Scofano Fernandes - representantes da sociedade civil -, Luiz Fernando Dias Duarte - representante do Museu Nacional - e Suzanna do Amaral Cruz Sampaio - representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - e as Senhoras Maria Capanema e Maria da Gloria Capanema, viúva e filha do homenageado. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Angela Gutierrez, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Italo Campofiorito, Joaquim de Arruda Falcão Neto, Marcos Vinícios Vilaça, Paulo Roberto Chaves Fernandes, Raul Jean Louis Henry Júnior, Thomaz Jorge Farkas - representantes da sociedade civil -, Carlos Alberto Cerqueira Lemos -, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil - e Maria José Gualda de Oliveira - representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis. Após as falas do Ministro Francisco Weffort, do Secretário Octávio Elísio Alves de Brito, do Presidente Carlos Henrique Heck e do Chefe de Gabinete do Presidente do IPHAN, Luciano Vaz Ferreira Ramos, a palavra foi concedida ao Conselheiro Lúcio Alcântara para, em nome do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, fazer o elogio a Gustavo Capanema, transcrito a seguir:

“GUSTAVO CAPANEMA

Por uma caprichosa sincronia, o centenário de nascimento de Gustavo Capanema coincide com o tempo de virada do século, de quinhentos anos do Brasil. É um momento de reexame do passado e de indagação sobre o futuro.

Mais que simples efemérides, os eventos comemorativos desse centenário oferecem oportunidade para que se faça um reexame de episódios fundamentais da nossa história e para que se empreenda um esforço objetivando a compreensão de um século de alternâncias entre experiências autoritárias que se frustram e aberturas democráticas que ainda não atingiram a plenitude.

A esse respeito, a figura de Gustavo Capanema é paradigmática e, de certa forma, antecipa um dos temas mais importantes dos novos tempos. O do relacionamento entre os

intelectuais e o autoritarismo político.

Os anos Capanema e, em particular, a sua atuação ficaram na lembrança como um momento de paradoxo da história republicana brasileira, em que a política autoritária do Estado Novo convive, em boas relações, com uma intelectualidade identificada com as causas sociais e a modernização cultural, e admirada como patrimônio cultural e afetivo do País. Entre esses intelectuais e artistas estavam Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Heitor Vila-Lobos, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Gilberto Freyre, Cândido Portinari, além dos educadores que marcariam a história brasileira como pioneiros e formuladores dos projetos políticos e institucionais que deram vida ao debate educacional no País desde os anos 20, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e o próprio Ministro Francisco Campos.

Como explicar que figuras tão ilustres, e de horizontes aparentemente tão abertos, convivessem com políticos de cunho autoritário e com medidas de caráter repressor, como o fechamento da Universidade do Distrito Federal, em 1939; a criação do movimento Juventude Brasileira, de inspiração inequívoca no fascismo em voga na Europa dos anos 30; e, ainda, a perseguição aos intelectuais de pensamento liberal, identificados pelas lideranças conservadoras do Estado com os movimentos de esquerda?

Para entender esse "claro enigma", é preciso não esquecer que a idéia de que os regimes fortes de direita e de esquerda poderiam abrir caminho para um futuro melhor sempre atraiu intelectuais brilhantes em todo o mundo, de Leon Trotsky a Martin Heidegger, passando por André Malraux e Maurice Merleau-Ponty, sem falar em literatos como Pablo Neruda, Miguel Ángel Asturias e Jorge Amado, – e o Brasil não seria exceção. Essa proximidade não passaria sem deixar seqüelas importantes, entre as quais as grandes dificuldades que tantos de nossos intelectuais encontrariam para entender e defender, ao lado dos direitos sociais, os valores do pluralismo, dos direitos individuais e da ordem jurídica democrática.

Entretanto, essa "atração" que os regimes fortes exercem sobre os "corações e mentes" não pode esclarecer, sozinha, a adesão de tantos intelectuais e artistas de expressão, especialmente quando se considera que grande parte desses artistas estava também envolvida com o projeto modernista brasileiro, como Drummond, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Vila-Lobos...

É preciso ter em conta, também, que a guerra ainda não havia mostrado todo o horror no qual o fascismo europeu desembocaria, e que o sistema político liberal estava sob forte assédio tanto da esquerda quanto da direita. Derrotado o fascismo e instaurada a democracia, o liberalismo e as formas políticas não-autoritárias ganharam, naturalmente, novos conversos, e houve um processo quase inconsciente de amnésia coletiva que encobriu muito das idéias, projetos e ações que eram publicamente propalados e defendidos anteriormente. Mas não só as lideranças políticas do País não se alteraram substancialmente no após-guerra, como muitas das instituições por elas criadas se

manteriam intactas pelos anos vindouros, dando ao Estado brasileiro uma série de características que se contrapunham ao liberalismo revigorado e recém-implantado pela Constituinte de 1946. Hoje, já é possível olhar para o passado com mais tranquilidade e entender melhor o Brasil que estava sendo gestado naqueles anos, e do qual somos herdeiros.

Olhar os tempos de Capanema significa, acima de tudo, abrir uma janela para o ambiente intelectual, político e ideológico daqueles anos e, assim, entender melhor o legado que deles recebemos. Foram tempos conturbados e contraditórios.

Nascido na passagem do século, Capanema se educou junto à elite intelectual mineira, viveu a excitação revolucionária da década de 1930 e ocupou, por muitos anos, uma posição central em relação aos assuntos de educação e cultura no País. Esses foram também os anos da ascensão do fascismo, da Guerra Civil Espanhola, da intensificação dos conflitos ideológicos, do Estado Novo e do eventual alinhamento brasileiro contra as potências do Eixo. Sua carreira, sua obra política e administrativa estão profundamente marcados por esses eventos.

Em 1924, o jovem Capanema se forma na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e é eleito orador da turma. Volta, depois, para sua cidade natal, Pitangui, onde advoga, dá aula de psicologia infantil e ciências naturais na Escola Normal, e é eleito para a Câmara de Vereadores. Em 1930, vai para Belo Horizonte como oficial-de-gabinete de Olegário Maciel, de quem se torna secretário do Interior após a Revolução de 30, da qual participa ativamente. Assume interinamente a interventoria do Estado em 1933, após a morte de Olegário Maciel, transferindo-a três meses depois para Benedito Valadares. Participa da fundação do Partido Progressista Mineiro visando as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Assume o Ministério da Educação e Saúde, naquele ano, nele permanecendo até a queda do Estado Novo, em 1945.

Os onze anos do ministério Capanema decorrem em presença de um poder legislativo atuante, continuam pelo período de paroxismo do poder autoritário, implantado em 1937, e desembocam nos anos de progressiva liberalização política que se seguiram ao alinhamento brasileiro com os Aliados, já na década de 40. Eles incluem as rebeliões da Aliança Nacional Libertadora, de 1935, e da Ação Integralista, de 1938, assim como as reações e os expurgos que a elas se sucederam. Em 1945, Capanema participa, à sua maneira, da tentativa de dar continuidade ao governo Vargas de forma adaptada aos novos tempos, e depois se transforma em líder preeminente do Partido Social Democrático em Minas Gerais, que ajudou a organizar. Foi eleito deputado federal por Minas Gerais em todas as legislaturas a partir de 1946, sendo eleito senador pela ARENA em 1971, na qual havia ingressado em 1965.

Foi uma longa trajetória, de importância política e administrativa inegável. Não é possível falar de educação e cultura no Brasil sem a menção de Gustavo Capanema. Este edifício em que estamos, construído em sua gestão, segundo as linhas modernistas de Le Corbusier, simboliza, até hoje, a imagem que ficou para muitos de um ministro

esclarecido, avançado para a sua época, defensor da cultura e das artes, promotor da educação.

"As conseqüências do que ele fez', diz-nos Pedro Nava, são incalculáveis. Siga você o meu raciocínio. Sem o prédio do Ministério da Educação (recebido na ocasião como obra de um mentecapto) não teríamos a projeção que tiveram na época Lúcio Costa, Niemeyer, Carlos Leão e Cândido Portinari. Foram entendidos por Capanema e seus auxiliares próximos (Drummond, Rodrigo, Mário de Andrade e outros). Sem essa compreensão não teríamos tido a Pampulha, concepção paisagística e arquitetônica prestigiada pelo imenso Kubitschek. Sem Pampulha não teríamos tido Brasília, do mesmo Juscelino Kubitschek, que desviou nosso curso histórico – levando o Brasil para o Oeste. A raiz de tudo isto, a semente geradora, o adubo nutridor estão na inteligência de Capanema e de seus auxiliares de gabinete."

De fato, Senhoras e Senhores, o arrojo dos murais e das linhas arquitetônicas deste Palácio da Cultura, no contexto intelectual daqueles anos, criou uma auréola de progressividade e coragem intelectual ao redor de Capanema e sua equipe que até hoje se mantém e que se propaga para as outras atividades por eles também desenvolvidas, na reforma do ensino secundário, na organização da Universidade do Brasil, na implantação do ensino industrial, nos grandes programas nacionais de saúde pública e na criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Considera-se, mesmo, que a principal realização do Estado Novo na área da Cultura talvez tenha sido a implantação de um sistema de recuperação e preservação do patrimônio artístico e cultural do País, que daria testemunho do passado mais autêntico e da identidade nacional que se buscava construir. Tão forte foi a atmosfera que envolveu a política de preservação do patrimônio que, até hoje, aquele período é lembrado como a "idade de ouro" do patrimônio brasileiro.

A cultura, nos tempos de Capanema, também era vista como campo de construção da alma nacional. Nos anos 20, o Modernismo havia vislumbrado a possibilidade de construção de um país mais autêntico, menos mimético, e essa busca do "Brasil Real" na literatura, na pintura e na música se mesclava com a busca de um "Brasil Real" na política e na vida em sociedade, onde o formalismo da república oligárquica pudesse ser substituído pela construção de um Estado nacional forte e voltado para o progresso e para o futuro.

Essa aproximação entre a busca da autenticidade e o autoritarismo político era dominante naqueles anos, em que as democracias pareciam condenadas ao fracasso e os autoritarismos de esquerda e de direita se confundiam em nome dos valores, supostamente mais altos, da cultura e da nacionalidade.

Capanema, inspirado por Francisco Campos, apoiado em Carlos Drummond de Andrade e Alceu Amoroso Lima, procura construir seu projeto cultural em cima dessa ambigüidade. Por um lado, havia que valorizar os homens de letras, as artes, e criar para isso um mecenato estatal. Por outro, havia que produzir os símbolos culturais do Estado Novo, que

substituísssem a iconografia da República, que mal conseguira desmontar a hagiologia do Império.

Os símbolos do novo Brasil buscariam suas raízes nos mitos da cultura indígena e nas epopéias dos bandeirantes; os monumentos do passado deveriam ser recuperados e preservados na memória nacional; e o novo país se consubstanciaria nas paradas cívicas, nos grandes projetos arquitetônicos de Piancentini e Lúcio Costa, nas iconografias nativistas de Portinari e nos grandes concertos orfeônicos de Vila-Lobos.

O próprio Capanema consubstanciou a ambigüidade do projeto cultural que administrava. Segundo relato de Abgar Renault, também seu colaborador, "Capanema encomendou e fez publicar, em breve tempo, antologias da poesia brasileira da fase colonial e dos períodos marcados pelo romantismo, pelo simbolismo, pelo parnasianismo; a primeira confiada a Sérgio Buarque de Holanda, as demais a Manuel Bandeira". Além disso, cumpre não esquecer as grandes obras que promoveu: o Dicionário da Língua Portuguesa, do Padre Augusto Magne, os Textos Quinhentistas de Sousa da Silveira e a tradução de Romeu e Julieta, feita pelo poeta Onestaldo de Penanfort. Ou seja, "valorizou os homens de letras e as artes". Por outro lado, pesquisas realizadas no arquivo pertencente ao Centro de Pesquisa e Documentação, CPDOC, revelaram que Capanema planejava um panegírico aos dez anos de Getúlio no poder. Para isso, reuniu 20 fotografos, 14 de origem alemã, que produziram 700 fotos sobre as diversas obras do ditador, nas áreas militar, de educação e saúde, trabalho e comunicações. O modelo para o projetado volume também foi encontrado entre os papéis do ex-ministro: a publicação nazista *Neue Deutschland* – (Nova Alemanha), edição de 1942, órgão oficial da juventude hitleirista. Ou seja, cuidou, também, de "produzir os símbolos culturais do Estado Novo".

Capanema revela-se, afinal, paradigma da contradição de seu tempo. O que ocorria na área da educação e da cultura naqueles anos fazia parte de um processo muito mais amplo de transformação do País, que não obedecia a um projeto predeterminado nem tinha uma ideologia uniforme, mas que tem sido estudado, mais recentemente, como um processo de "modernização conservadora". É um processo que permite a inclusão progressiva de elementos de racionalidade, modernidade e eficiência em um contexto de grande centralização do poder e leva à substituição de uma elite política mais tradicional por outra mais jovem, de formação cultura e técnica mais atualizada.

É natural que os membros dessa nova elite, que vêem seus espaços se alargarem, se identifiquem com as virtudes do novo regime, mesmo que percebendo, e frequentemente criticando, muitas de suas limitações. Isso explica a visão contraditória que muitas vezes temos dos tempos de Capanema – tempos da arte moderna, da educação moral e cívica, da criação da Universidade do Brasil, do fechamento da Universidade do Distrito Federal, do estímulo ao ensino industrial, do predomínio da cultura clássica sobre a científica nas escolas, da organização nacional da juventude, do apoio ao rádio e ao teatro, da censura ideológica e do apoio e abertura de espaço para os intelectuais. Tempos conturbados, tempos reais.

Para a cultura, como para a educação, cabe indagar em que medida os pressupostos e os formatos institucionais criados naqueles tempos ainda subsistem e se deveriam ser recuperados ou substituídos por outros pressupostos e instituições. A "cultura" do antigo Ministério da Educação e Cultura se transformou, hoje, em um ministério próprio, que já não tem a missão de construir os símbolos e a mitologia da nacionalidade e que se dedica, sobretudo, a manter ainda viva a chama do mecenato, mas sem um objetivo claro e definido. Em parte, trata-se de reativar as tradições e costumes, não para construir a partir daí uma nova cultura nacional, como pensaria talvez Mário de Andrade, mas simplesmente para recuperar o sentido de identidade a respeito próprio.

A recuperação e preservação do patrimônio histórico são, cada vez mais, iniciativas associadas à indústria do turismo. Existem mecanismos para o financiamento de produtos culturais destinados ao mercado de consumo – sobretudo filmes e teatro – cujo principal propósito parece ser sua própria existência como indústria cultural, e não mais o estímulo ao fortalecimento de conteúdos culturais específicos.

Muitos sentem falta dos projetos ambiciosos, ainda que frustrados, do passado. Para esses, o Ministério de Capanema tinha "uma visão do futuro, um mundo que queria construir", e, de alguma forma – frequentemente imperfeita, frequentemente contraditória –, coincidia com visões que outras pessoas e grupos, dentro e fora do Ministério, tratavam de realizar. Os pesquisadores que se debruçaram sobre a matéria consideram que talvez seja essa "grandeza de intenções" o que explique uma certa mítica que ainda hoje envolve os tempos de Capanema.

Há quem acredite, ao contrário, que existe uma nova cultura em formação, muito mais fragmentada e complexa do que a dos projetos do passado, combinando a vida local com o mundo global, a língua nacional com a língua franca das comunicações, o mundo das idéias e o mundo do trabalho, e dando prioridade a valores individuais e interpessoais, como os da competência, responsabilidade, criatividade, solidariedade e pluralismo e não mais os valores do Estado, da Nação e da Cultura.

Voltar aos tempos de Capanema, Senhoras e Senhores, é voltar, de alguma forma, às matrizes de valores e idéias que ainda perduram em nosso inconsciente, encarnados em nossas leis e instituições, e que precisam ser devidamente compreendidas para que, afinal, possamos saber se realmente ainda as queremos, ou se devemos procurar outros rumos e alternativas.

Essa é a tarefa do presente, dos homens presentes. Capanema cumpriu a tarefa do seu tempo e o fez com grande probidade pessoal e totalmente dedicado à realização de objetivos que considerava de grande interesse público. Os equívocos que porventura cometeu só são visíveis aos olhos do presente, por meio da dialética que preside a própria história.

Ao finalizar este pronunciamento, quero registrar meu agradecimento pelo honroso convite que me permitiu participar desta Sessão Solene do Conselho Consultivo do Patrimônio

Cultural Brasileiro em homenagem ao Centenário de Nascimento de Gustavo Capanema.

Quero, ainda, pedir licença aos ilustres membros do Conselho Consultivo para incorrer numa tentação que raramente me permito. Peço-lhes um pouco mais de tolerância, desta vez para ouvir voz bem mais autorizada, a do poeta Carlos Drummond de Andrade, colaborador e amigo de Gustavo Capanema, o qual, como sói acontecer aos grandes poetas, tão bem captou o espírito dos tempos, que aqui tentamos analisar, e o desencanto dos homens com suas própria utopias.

Hino Nacional

Precisamos descobrir o Brasil!

Escondido atrás das florestas,
com a água dos rios no meio,
o Brasil está dormindo, coitado.

Precisamos colonizar o Brasil.

.....

Precisamos educar o Brasil.

Compraremos professores e livros,
assimilaremos finas culturas,
abriremos "dancings" e subvencionaremos as elites.

Cada brasileiro terá sua casa
com fogão e aquecedor elétricos, piscina,
salão para conferências científicas.
e cuidaremos do Estado Técnico.

Precisamos louvar o Brasil.

Não é só um país sem igual.

Nossas revoluções são bem maiores

do que quaisquer outras; nosso erros também.

E nossas virtudes? A terra das sublimes paixões...

os Amazonas inenarráveis... os incríveis João-Pessoas...

Precisamos adorar o Brasil!

Se bem que seja difícil caber tanto oceano e tanta solidão

no pobre coração já cheio de compromissos...

se bem que seja difícil compreender o que querem esse homens,

por que motivo eles se juntaram e qual a razão de seus sofrimentos

Precisamos, precisamos esquecer o Brasil!

Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado,

ele quer repousar de nossos terríveis carinhos.

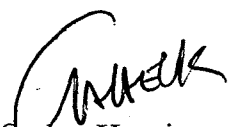
O Brasil não nos quer! Está farto de nós!

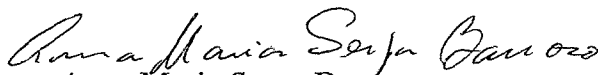
Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.

Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?

Muito obrigado.”

Em seguida a Senhora Heloisa Aleixo Lustosa, Diretora do Museu Nacional de Belas Artes, apresentou os agradecimentos da Família Gustavo Capanema. Nada mais havendo a tratar, o Ministro da Cultura encerrou a sessão, da qual eu, Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os demais membros do Conselho.


Carlos Henrique Heck


Anna Maria Serpa Barroso

Arno Wehling

Augusto Carlos da Silva Telles

Ivete Alves do Sacramento

Lúcio Alcântara

Luiz Fernando Dias Duarte

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès

Luiz Viana Queiroz

Nestor Goulart Reis Filho

Paulo Bertran Wirth Chaibub

Pedro Ignácio Schmitz

Suzanna do Amaral Cruz Sampaio

Synésio Scofano Fernandes